

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.604 - MG (2019/0303852-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : EQUIPAMAX LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
ADVOGADOS : RICARDO GORGULHO CUNNINGHAM - MG073178
FERNANDA TORRES SILVEIRA DO AMARAL - MG134560
RECORRIDO : SEGUROS SURA S/A
ADVOGADO : BRUNO MIARELLI DUARTE - MG093776

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VEÍCULO. SINISTRO DECORRENTE DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA. 1. EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL ABUSIVA. RISCOS EXPRESSAMENTE EXCLUÍDOS DA COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ, POR AMBAS AS ALÍNEAS DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. 2. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Equipamax Locação de Equipamentos Ltda. - EPP , com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 468):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO DE VEÍCULO - SINISTRO DECORRENTE DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA - EXCLUSÃO EXPRESSA DA COBERTURA.

- O Julgador é o destinatário das provas. Correto o entendimento pela dispensa de outras provas quando as constantes dos autos permitem a solução da lide, na forma da regra do inciso I, do art. 330, do CPC.

- Existindo expressa exclusão da cobertura securitária no caso de apropriação indébita, inviável se mostra compelir a seguradora ao pagamento da indenização pelo sinistro.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos, conforme ementa transcrita a seguir (e-STJ, fl. 621):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - VÍCIOS EXISTENTES - ACOLHIMENTO.

- Demonstrada a existência de contradição e omissão na

fundamentação do julgamento, impõe-se o acolhimento dos embargos declaratórios, para proceder a sua necessária correção.

Nas razões do apelo especial, o recorrente alega, além da existência de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 46, 47, e 54, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor; e 402, 403 e 423 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, ser abusiva a cláusula do contrato de seguro que exclui da cobertura os riscos decorrentes de delitos contra o patrimônio tais como estelionato, apropriação indébita e extorsão, tendo em conta que não foram esclarecidos os tipos penais e a exata extensão dos termos jurídicos, incorrendo a seguradora em falha no dever de informação e na supressão de informação suficiente acerca dos riscos efetivamente garantidos na apólice.

Assevera que, em caso de falta de clareza e dubiedade, a interpretação das cláusulas contratuais dos contratos de adesão deve ser feita de modo mais favorável ao consumidor.

Aduz que a responsabilidade da recorrida no tocante aos lucros cessantes é aquiliana, decorrente da indevida negativa do pagamento da indenização securitária, que acarretou prejuízos à recorrente pelo não aluguel do equipamento subtraído.

Contrarrazões às fls. 701-710 (e-STJ).

O apelo extremo foi admitido na origem (fls. 712-715, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Brevemente relatado, decido.

De início, observa-se que a jurisprudência deste Superior Tribunal é no sentido de que, "a cláusula securitária a qual garante a proteção do patrimônio do segurado apenas contra o furto qualificado, sem esclarecer o significado e o alcance do termo 'qualificado', bem como a situação concernente ao furto simples, está eivada de abusividade por falha no dever geral de informação da seguradora e por sonegar ao consumidor o conhecimento suficiente acerca do objeto contratado. Não pode ser exigido do consumidor o conhecimento de termos técnico-jurídicos específicos, ainda mais a diferença entre tipos

penais de mesmo gênero" (REsp 1.352.419/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 19/08/2014, DJe 08/09/2014).

Na espécie, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, observadas as peculiaridades da causa, assim se manifestou (e-STJ, fls. 473-475):

A negativa da seguradora demandada se deu com fundamento na cláusula de exclusão da cobertura na hipótese de apropriação indébita, prevista na contratação nos seguintes termos:

"6.1. Além dos riscos excluídos especificamente descritos em cada cobertura, salvo estipulação expressa na apólice, este seguro não garante o interesse segurado, com relação aos prejuízos causados ou resultantes, direta ou indiretamente, de:

(...)

H) Lucros cessantes

(...).

X) Extorsão, apropriação indébita e estelionato;

Com efeito, embora a autora sustente a ocorrência de delito diverso da apropriação indébita, infere-se da narrativa dada autoridade policial hipótese que se enquadra na tipificação do art. 168 do Código Penal.

Ora, ausente notícia de instauração de investigação criminal ou ação penal, por meio da qual poderia se aferir eventual modificação da tipificação do fato delituoso noticiado pela autora, é de se partir da premissa, para fins de cobertura do sinistro, de que o fato causador do infortúnio foi apropriação indébita, pois há fortes elementos acerca da entrega espontânea dos bens segurados ao suposto acusado, que não teria cumprido o acordado com a autora, no sentido de devolvê-los.

Consoante ensina Guilherme de Souza Nucci, o crime de apropriação indébita acontece quando, "num primeiro momento, há a confiança do proprietário ou possuidor, entregando algo para a guarda ou uso do agente; no exato momento em que este é chamado a devolver o bem confiado, negando-se provoca a inversão da posse e a consumação do delito". (in Código Penal Comentado. 13a ed. rev., atual. e ampl. Ed. RT, 2013. p. 847).

Portanto, no caso, tanto o relato da peça exordial quanto o da ocorrência policial, dão conta do crime tipificado no art. 168 do Código Penal.

Demais disso, o contrato contém cláusula com previsão expressa de exclusão de lucros cessantes.

Importa ressaltar que, não obstante aplicação do regramento protetivo do consumidor à relação travada no contrato de seguro, não se pode descurar da regra segundo a qual o segurador se obriga contra riscos predeterminados, na esteira do art. 757 do Código Civil, resultando plenamente viável a pactuação de hipóteses de exclusão da cobertura, como, no caso, a apropriação indébita e lucros cessantes.

Tenho que a adoção de entendimento em contrário importaria em flagrante inobservância da natureza do contrato de seguro.

(...)

Salienta-se, outrossim, que diversamente do alegado pela parte autora, referida cláusula, restritiva de direitos, foi redigida de forma suficientemente clara e destacada no caso em exame, consoante consta das condições gerais encartadas aos autos pela própria empresa autora, restando patente a sua ciência quanto àquela (f.109-112).

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, a incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ impossibilita o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Confirmam-se:

CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DE ORIGEM. ARTIGO 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CLÁUSULAS ABUSIVAS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. A necessidade do reexame da matéria fática inviabiliza o recurso especial também pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, ficando, portanto, prejudicado o exame da divergência jurisprudencial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1350810/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 14/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. APÓLICE DE SEGUROS DE TRANSPORTE DE CARGAS. GARANTIA EM CASO DE FURTO, ROUBO, APROPRIAÇÃO INDÉBITA OU ESTELIONATO LIMITADA AO DESAPARECIMENTO CONCOMITANTE DO VEÍCULO TRANSPORTADOR.

LEGALIDADE. CLÁUSULA REDIGIDA DE FORMA CLARA E COM DESTAQUE. ENTREGA DA MERCADORIA EM ENDEREÇO DIVERSO DO DESTINATÁRIO FINAL. PERDA APENAS DA CARGA. DESÍDIA DO TRANSPORTADOR QUE AFASTA O DIREITO AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte Superior já se manifestou sobre a possibilidade de exclusão de cobertura nos casos em que o dano ao bem segurado é decorrente de apropriação indébita ou estelionato, limitando-a às hipóteses de roubo ou furto, consignando que as cláusulas contratuais de cobertura devem ser interpretadas restritivamente.

2. No caso dos autos, a restrição contratual é ainda menor. O contrato de seguro contém cláusula que prevê a cobertura para sinistro ocorrido com carga decorrente de apropriação indébita ou estelionato, mas exclui tal direito quando, no sinistro, não se perder também o veículo transportador. Tal cláusula está redigida com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão, não sendo, pois, abusiva.

3. Demonstrado que, na hipótese em exame, o sinistro ocorreu unicamente com a carga, sem a perda do veículo transportador, em decorrência de desídia do preposto da recorrente, que não conferiu com atenção a identidade do recebedor e o local de entrega, mostra-se justificada a negativa da seguradora.

4. Estabelecidas as condições da apólice, juntada aos autos pelo próprio autor, não é cabível a alegação de desconhecimento dos termos pactuados.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 402.139/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 11/09/2015)

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.

Publique-se.

Brasília-DF, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator